

## A reforma para nem inglês ver



### Vicente Coni Júnior

Advogado

vconi@btd.com.br

Com o fim do recesso do Supremo Tribunal Federal se aproxima a decisão final no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil acerca da doação de recursos financeiros por empresas a partidos políticos ser ou não amparada pela Carta Magna pátria. Dos votos até então proclamados, se anuncia que a Corte Suprema concluirá pela inconstitucionalidade e consequente ocaso das famigeradas doações privadas como molas motrizes e decisivas das campanhas políticas brasileiras. A questão é polêmica em seu mérito, mas o que chama especial atenção é mais uma vez a recorrente e invasiva substituição de papéis institucionais entres os três poderes do estado brasileiro.

A inapetência do Congresso Nacional em discutir e votar os pontos nervais do sistema político nacional abre flancos para a atuação substitutiva do Poder Legislativo pelo Poder Judiciário para propor inovações, tão ansiadas pela população. De fato, a passividade dos deputados e senadores em solucionar a falida fórmula política teve seu clímax na minirreforma eleitoral aprovada no final de 2013.

O texto, já sancionado pela presidente da República, deixou de fora temas considerados centrais, como o combate ao caixa dois, o teto de gastos e o fim das siglas de aluguel, concentrando-se em proposições periféricas, subsidiárias e totalmente "decorativas", tais como proibições de publicidade em "cavaletes" em vias públicas, fixação de cartazes e limitação do número de cabos eleitorais.

Portanto, mais uma vez no país dos "armengues" e improvisos, temas principais e relevantes são renegados à marginalidade, sendo necessário que outros poderes da federação se imiscuam na atividade legislativa para suprir a morosidade dos congressistas. Da forma como aprovada, a "reforma" política passará completamente despercebida, até porque sem os desagradáveis "cavaletes", espalhados pelas avenidas, nem mesmo os alemães, portugueses e ingleses durante a Copa do Mundo terão ciência das sumaríssimas e irrelevantes modificações no sistema eleitoral brasileiro.